



PROCESSO N.º : 2016002039
INTERESSADO : GOVERNADORIA DO ESTADO
ASSUNTO : Veta parcialmente o autógrafo de lei n. 172, de 30 de maio de 2016.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre Ofício Mensagem n. 698, de 28 de junho de 2016, de autoria da Governadoria do Estado, comunicando esta Casa que, apreciando o autógrafo de lei n. 172, de 30 de maio de 2016, resolveu, com fundamento no § 1º o art. 23 da Constituição do Estado, sancioná-lo parcialmente, vetando o parágrafo único do seu art. 1º, bem como o art. 3º.

Conforme comprova a certidão de folha retro, o veto foi realizado tempestivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, como determina o § 1º do art. 23 da Constituição Estadual.

De iniciativa parlamentar, a proposição legislativa que resultou no autógrafo de lei parcialmente vetado institui a Semana Estadual da Sustentabilidade.

O parágrafo único do art. 1º, estabelece que sustentabilidade é entendida como ações e atividades que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações, estando diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

Nesse sentido, o veto foi oposto argumentando no sentido de falta de clareza e imprecisão, tendo em vista que as ações descritas no referido dispositivo do projeto são ações que têm a "qualidade sustentável", ou seja, ações realizadas "de forma a não esgotar os recursos naturais nem causar danos ambientais", mas evidentemente não são a sustentabilidade. Onde se lê "sustentabilidade", deveria estar escrito "sustentáveis".



O veto traz, ainda, o fundamento de que o art. 3º do autógrafo de lei é inconstitucional, pois, ao determinar o desenvolvimento de “ações educativas” pelo Poder Público, disciplina matéria pertinente à organização e ao funcionamento da administração estadual, com provável imposição de dispêndio de recursos, inclusive financeiros, o que viola as prescrições do art. 20, § 1º, II, “b” e “e”, e 37, XVIII, da Constituição Estadual.

Entendemos, porém, que o veto deve ser parcialmente rejeitado, mantendo-se vetado o parágrafo único do art. 1º.

O art. 3º do autógrafo de lei, ao dispor que a programação da referida semana constará de palestras, seminários, oficinas, mesas redondas, painéis e feiras, podendo contar com a participação de instituições públicas estaduais e federais, entre secretarias e órgãos do governo estadual, instituições de ensino e pesquisa, setor produtivo e outros, não interfere na autonomia do Executivo.

Isso ocorre porque o art. 3º do autógrafo de lei é um dispositivo que não se dirige especificamente ao Poder Executivo, mas sim ao Poder Público Estadual, que compreende, logicamente, todos os entes e órgãos que integram a estrutura administrativa do Estado de Goiás, composto por seus três Poderes e demais órgãos independentes de extração constitucional.

Constata-se, neste sentido, que o dispositivo vetado não cria novas atribuições para as Secretarias de Estado ou para os órgãos que integram o Executivo, mas simplesmente estabelece que o Poder Público Estadual, e não somente o Executivo, desenvolverá “ações educativas” para divulgação e desenvolvimento da referida semana.

Por isso, não há invasão da autonomia do Executivo, porquanto está preservada a sua iniciativa privativa de, livremente e da forma que entender oportuno, engajar os órgãos que integram a sua estrutura administrativa no desenvolvimento das referidas ações.

Em relação a questão da criação de despesas, ressaltamos que o orçamento vigente (Lei n. 19.225, de 13 de janeiro de 2016) possui dotação



orçamentária específica para suportar despesas de caráter continuado decorrentes de proposies de iniciativa parlamentar aprovadas por esta Casa Legislativa. Refiro-me a dotação orçamentária 2016 2702 99 999 9999 9.002 (00) – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – RESERVA DE RECURSOS PARA COMPENSAÇÃO DE PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR, do orçamento setorial da Secretaria de Gestão e Planejamento, para qual foi consignado o valor de R\$ 89.225.000,00 (oitenta e nove milhões e duzentos e vinte e cinco mil reais).

A lei orçamentária anual vigente está em consonância com o art. 3  da Lei Complementar n. 112, de 18 de setembro de 2014, a qual regulamenta o art. 109, da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas. Este dispositivo legal estabelece que o projeto de lei orçamentária e respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas de caráter continuado e a renúncia de receitas, em rubrica própria sob a denominação "Reserva de Recursos para compensação de Proposições Legislativas de Iniciativa Parlamentar".

A reserva orçamentária constituída nos termos do art. 3  da LC n. 112/14 será considerada como compensação, durante o respectivo exercício financeiro, pelo órgão técnico legislativo responsável pelo exame de adequação e compatibilidade orçamentária e financeira das proposições legislativas de iniciativa parlamentar que versem sobre matérias tributária ou orçamentária e que gerem despesas de caráter continuado, conforme critérios previstos pela Assembleia Legislativa, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas e compatíveis orçamentárias e financeiramente, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

Por fim, em relação ao parágrafo único do art. 1 , o veto é pertinente, tendo em vista a imprecisão no uso do conceito de "sustentabilidade", uma vez que, na verdade, houve a descrição de ações que possuem a qualidade de sustentável. É sabido que no texto legal não há espaço para imprecisões ou inseguranças, razão pela qual se deve manter o veto no que concerne ao dispositivo referido, tendo em vista que a incorreção observada não pode ser resolvida na fase



de deliberação executiva, fazendo-se necessário se utilizar o veto para adequação da norma.

Opinamos, dessa forma, pela manutenção do veto em relação ao parágrafo único do art. 1º do autógrafo, e pela rejeição do veto ao art. 3º, pois tal dispositivo é perfeitamente compatível com o sistema constitucional vigente, conforme demonstrado.

Por tais razões, somos pela **rejeição parcial** do veto, mantendo-se o veto apenas no que concerne ao parágrafo único do art. 1º. É o relatório.

SALA DAS SESSÕES, em 11 de agosto de 2016.


Deputado Jean
Relator